

Palocci e Pilatos

MARCELO DE PAIVA ABREU

Não fosse monótono, poderia ser repetido o título de artigo de duas semanas atrás: *Visões retrógradas*. Ou, talvez, o de meses atrás: *Maus alunos*. Ou, talvez, uma combinação dos dois. A República vive dias de aguda crise política. As cenas cotidianas em Brasília configuram um turbilhão tragicômico em que cálculos políticos prevalecem confortavelmente sobre a vontade de apurar a extensão de práticas corruptas no processo eleitoral. Ao mesmo tempo, é intrigante a tranqüilidade quase bovina dos mercados, a despeito da fragilidade política. E, no entanto, há razões de sobra para supor que o quadro otimista que se vislumbrava possa não prevalecer.

Vamos aos fatos estilizados. A política econômica do governo Lula assegurou a continuidade da política econômica adotada pelo antecessor. Tanto num governo quanto no outro a política econômica 'ortodoxa', fosse ela malanista ou palocista, enfrentou o fogo amigo de 'desenvolvimentistas', com algumas variantes tendendo à completa irresponsabilidade, ao escancarado 'miolomolismo' econômico. O ministro da Fazenda, Antonio Palocci, em parte ajudado pela sorte, em parte por ser herdeiro de políticas econômicas sólidas do governo anterior, em parte por ser um grande ministro, capaz de negociar politicamente e de inspirar auxiliares competentes e leais, foi um sucesso retumbante. Entregou, em meio a ranger de dentes no governo e na oposição, inflação baixa, crescimento razoável e contas externas brilhantes. E, depois de três anos, é isso que o governo do PT tem a mostrar, além de talvez o Bolsa-Família.

As revelações sobre o modelo de finanças adotado pelo partido que se dizia paladino da ética oferece a muitos a oportunidade de neutralizar o ministro e sua política. O ministro incomoda a oposição, bem como muitos segmentos da coalizão governista. De um lado, incomoda a oposição 'desenvolvimentista', derrotada no segundo mandato de Fernando Henrique, que denuncia os seus excessos ortodoxos. De outro, incomoda a oposição mais recatada, que se ressentida de ter perdido a plataforma para um ministro que deu 'certo demais' e pode virar ameaça no futuro. Incomoda, também, grupos mais à esquerda do PT que ainda parecem acreditar em mirabolante alternativa que envolveria a combinação mágica de taxas de juros baixas, taxa de câmbio depreciada, mais gasto público, inflação mais alta (só um pouquinho...), políticas industriais agressivas e taxas de crescimento ao estilo chinês. Crescimento de 3% ao ano repentinamente passa a ser medíocre, embora não tenha sido muito comum por aqui nos últimos tempos.

Digamos que o improvável tenha ocorrido e a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, tenha agido por iniciativa própria ao expor, em entrevista ao **Estado** (9/11), suas considerações a respeito da proposta 'rudimentar' sobre o corte de gastos no longo prazo elaborada por Palocci e pelo ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, a necessária combinação com os russos e outras tiradas de 'senso comum'. Se o presidente estivesse de fato comprometido com um programa econômico prudente, teria, minimamente, desautorizado expressamente a ministra. Ao não fazê-lo, não apenas encarnou Pilatos,

na definição do destino de Palocci, mas sinalizou que estaria reconsiderando a estratégia dos três primeiros anos e partiria para o último ano de governo com a política econômica pautada pelas eleições e, portanto, por gastos eleitorais.

Para alguns, a tibieza demonstrada pelo presidente da República na defesa do ministro a quem deve a sua sobrevivência política seria censurável sob o ponto de vista da lealdade. Mas lealdade é virtude quase incompreensível no jogo político, especialmente quando jogado sem grandeza. O problema é que, mesmo do ponto de vista do cálculo estritamente político, a mudança de estratégia revelada por ações e omissões do presidente Lula parece carecer de consistência. A menos que o presidente se proponha a conduzir a campanha de 2006 com base em fogos de artifício, abandonando o seu principal trunfo, que são os bons resultados da política econômica. Dado o endosso presidencial à coalizão dos que querem gastar mais, em detrimento dos que defendem a estabilização, é difícil imaginar que algum dos nomes mencionados para a sucessão de Palocci possa assegurar a continuidade da política anterior, embora cenários menos traumáticos possam ser associados ao ministro Paulo Bernardo e ao secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Murilo Portugal.

Parte significativa das 'elites' está cumprindo seu papel tradicional. A Fiesp é bom exemplo. A postura da sua direção lembra, por falta de percepção de seus próprios interesses de mais longo prazo, outros episódios em que as 'classes produtoras' comemoraram em êxtase o abandono de políticas macroeconômicas restritivas que acabou por gerar recessão combinada com inflação muito alta e persistente. Em meio a um crescimento razoável da economia, o que se poderia esperar seria que a Fiesp fosse baluarte na defesa do ajuste fiscal que pode levar o País finalmente a uma trajetória virtuosa que combine inflação baixa, crescimento vigoroso e balanço de pagamentos sob controle.

Na mitologia grega, Sísifo era um assassino punido por Hades (Plutão) com tormento perpétuo. Era obrigado a carregar uma enorme pedra morro acima. Quando chegava ao cume, a pedra rolava morro abaixo e ele era obrigado a repetir o esforço. A metáfora de Sísifo é a que vem automaticamente à mente quando se pensa nos esforços de estabilização no Brasil pelo menos desde meados dos anos 1980 e, certamente, desde o lançamento do Plano Real. É triste que tantos torçam para que a pedra volte a rolar. Até mesmo alguns que já a carregaram morro acima.

*Marcelo de Paiva Abreu, doutor em Economia pela Universidade de Cambridge, é professor-titular do Departamento de Economia da PUC-Rio